

A longa jornada de volta à democracia

CRISTIAN BOFILL

Em meio à euforia pela primeira eleição direta para presidente em 29 anos, é inevitável certo constrangimento ao se constatar que a incorporação do Brasil ao grupo de países que adotam essa prática é muito tardia até mesmo para os nada exemplares padrões da América Latina. Enquanto a maioria dos vizinhos que viveram sob regimes militares já passaram por duas eleições, o Brasil será o penúltimo país da América do Sul a eleger o presidente — perdendo até mesmo para o Chile do general Augusto Pinochet.

Além da minúscula e atrasada Guiana, apenas o Chile e o Brasil ainda não têm um presidente chancelado pelas urnas. O sucessor de Pinochet será eleito em 14 de dezembro, três dias antes da votação do segundo turno no Brasil. Tudo indica que o dirigente oposicionista Patricio Aylwin obterá maioria absoluta e não será necessário um segundo turno. Restará apenas a vez do Brasil para completar o quadro.

O mais surpreendente é que

países com tradição democrática quase nula, como o Paraguai e a Bolívia, já tiveram a oportunidade de ir às urnas escolher seus governantes. No Paraguai, depois de 34 anos de ditadura comandada pelo general Alfredo Stroessner, dia 1º de maio a população transformou o general Andrés Rodríguez em legítimo inquilino do palácio presidencial de Los Lopez. A Bolívia, antigo sinônimo de quarteladas e atraso político, está sendo governada pelo terceiro presidente eleito desde 1982, Jaime Paz Zamora, que tomou posse em abril. A Argentina e o Peru já tiveram duas eleições para presidente desde a volta dos militares aos quartéis.

O processo de democratização foi longo e penoso na América do Sul. Basta lembrar que em 1977 os únicos países governados por presidentes eleitos eram a Colômbia e a Venezuela. Mas para consolidar os processos democráticos e mudar a face atrasada do continente, falta remover um obstáculo tão gigantesco quanto o autoritarismo que manchava seu mapa: o subdesenvolvimento econômico.